

## Visita da Presidente da Assembleia da República ao Ruanda consolida as controversas relações desenvolvidas por Filipe Nyusi com o regime de Kigali

- A Presidente da Assembleia da República, Esperança Bias, visitou de 5 a 9 de Abril a República do Ruanda. Uma nota da Assembleia da República diz que a visita é feita a convite da sua homóloga, Donatille Mukabalisa. No sábado, 6 de Abril, Esperança Bias manteve um encontro oficial com Donatille Mukabalisa, durante o qual passaram em revista o memorando de cooperação parlamentar, assinado em Junho de 2022, em Maputo, durante a visita de Mukabalisa a Moçambique. Ainda em Kigali, Bias participou na celebração do 30º aniversário do Genocídio do Ruanda, de 1994, em representação do Presidente da República, Filipe Nyusi.



**A** visita da Presidente do Parlamento moçambicano ao Ruanda consolida a relação que Moçambique desenvolveu durante o mandato de Filipe Nyusi com o regime de Kigali.

Trata-se de uma relação controversa em que, do lado moçambicano, pelo menos naquilo que é público, o interesse se centra na ajuda que o Ruanda presta no combate contra o terrorismo e extremismo

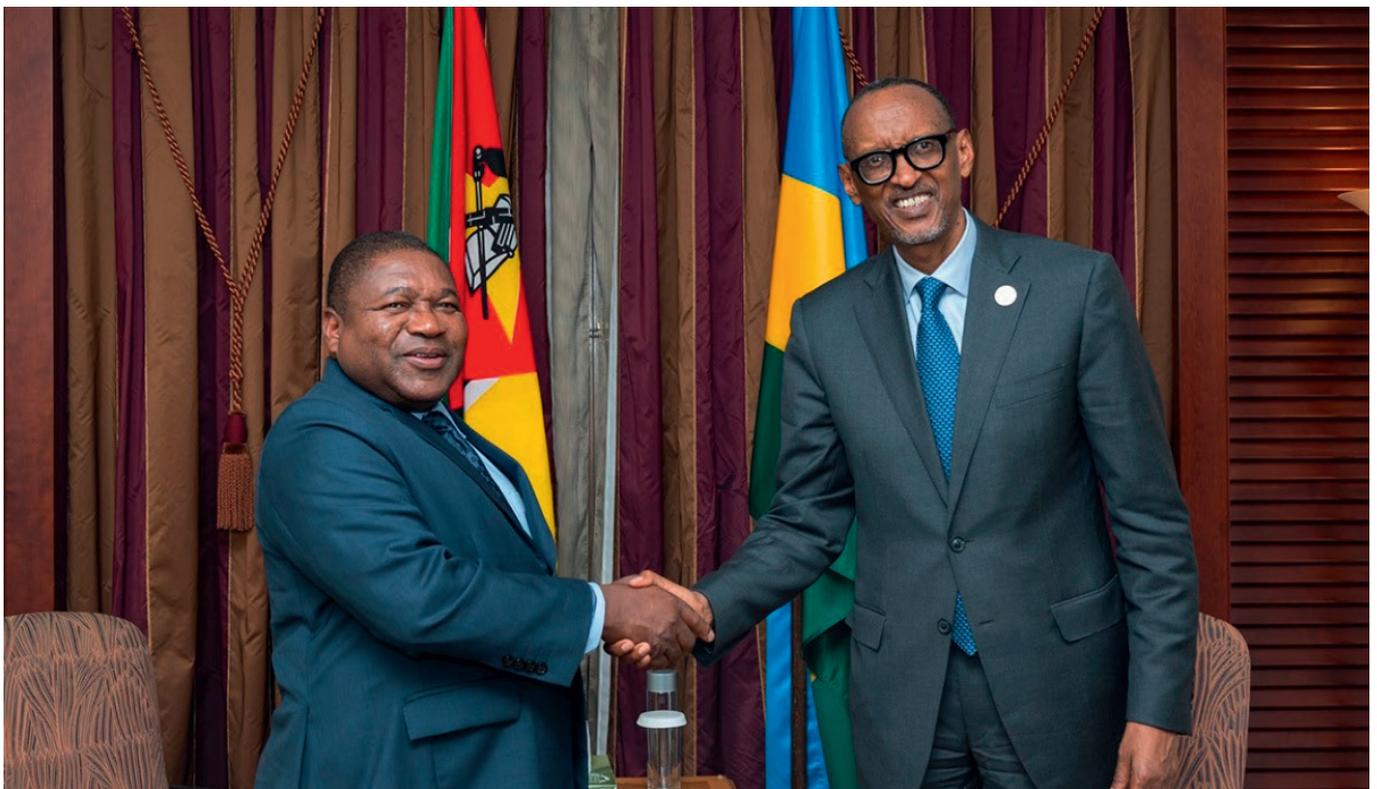
violento em Cabo Delgado. Do lado ruandês há vários interesses, destacadamente ganhos económicos no sector do gás e não são, e a autorização do Governo para a perseguição dos refugiados ruandeses em Moçambique. A aproximação entre Filipe Nyusi e Paul Kagame está a preocupar os moçambicanos pelo facto de o regime de Kagame ser alérgico aos princípios democráticos e aos Direitos Humanos.

## **A relação de Kigali com Maputo durante o mandato de Filipe Nyusi**

Em 2019 é aberta a embaixada ruandesa em Maputo, num contexto de perseguição que se manifestou através de raptos e assassinatos de refugiados ruandeses em Moçambique. A implantação da embaixada foi vista pelos refugiados ruandeses como sendo um dos factores que pioraram a sua segurança em Moçambique, sobretudo depois da indicação de Claude Nikobisanzwe como Alto Comissário, o mesmo diplomata que em 2014 foi expulso da África do Sul. Recorde-se que Claude Nikobisanzwe era Alto Comissário do Ruanda na África do Sul na altura do assassinato de Patrick Karegeya, antigo chefe dos serviços secretos do Ruanda que foi encontrado morto num hotel de Joanesburgo.

Depois da instalação da embaixada ruandesa foram mortos ou raptados muitos refugiados ruandeses em Moçambique. Por exemplo, em 2019, foi assassinado Louis Baziga<sup>1</sup>. Louis Baziga foi assassinado com uma arma na Av. da OUA, conhecida como “Estrada Velha”, próximo da loja “Midas” da cidade da Matola.

Em 13 de Setembro de 2021, Revocant Karemangingo, Vice-Presidente da Associação dos Refugiados Ruandeses em Moçambique (ARRM), foi assassinado a tiro perto da sua residência, no Bairro Liberdade, Cidade da Matola. Revocant Karemangingo foi a primeira vítima do esquadrão da morte ruandês depois da entrada da tropa ruandesa em Moçambique.



Créditos: Rádio Moçambique

<sup>1</sup> <https://observador.pt/2019/08/26/presidente-da-comunidade-ruandesa-em-mocambique-assassinado/>

Ainda no ano de 2021<sup>2</sup>, concretamente no mês de Maio, a comunidade ruandesa reportou o desaparecimento forçado do jornalista Ntamuhanga Cassien, que se encontrava exilado na Ilha de Inhaca, Cidade de Maputo. Cassien, de 37 anos, foi raptado por um grupo de oito pessoas que se identificaram como sendo agentes da PRM. Mais tarde circularam informações segundo as quais Ntamuhanga Cassien tinha sido (ilegalmente) extraditado para o Ruanda para cumprir uma pena de 25 anos a que foi condenado em 2017 por crimes de conspiração contra o Governo e cumplicidade em acto terrorista, num processo com motivações políticas. Não obstante a intensificação das acções do esquadrão da morte ruandês no mandato de Filipe Nyusi, as primeiras vítimas de Kigali foram feitas em 2002, com o assassinato de Théogène Turatsinz<sup>3</sup>.

Em 2021, Kigali envia a sua tropa para Cabo Delgado, principalmente para o coração e cintura do projecto de gás de Afungi, sem clareza sobre as contrapartidas, o que levanta suspeitas de que Kigali venha a ter dividendos no gás a ser extraído de Afungi. A relação entre Nyusi e Kagame está tão forte que a tropa da Missão da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral em Moçambique (SAMIM) já começou a sair de Cabo Delgado, alegadamente por falta de fundos, mas a tropa ruandesa vai continuar, podendo enviar mais tropas para cobrirem a zona de actuação da força regional que, segundo informação disponível, não beneficiou<sup>4</sup> da mesma atenção que Filipe Nyusi deu aos ruandeses.

Em 3 de Junho de 2022, em Kigali, capital do Ruanda, são assinados dois acordos<sup>5</sup> pelo Ministro de Estado para os Assuntos Constitucionais e Legais do Ruanda, Nyirahabamina Soline, e pela Ministra da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos de Moçambique, Helena Kida.

Trata-se do Acordo de Extradicação e do Acordo sobre a Assistência Mútua Legal em Matéria Criminal, cuja aprovação pelo Conselho de Ministros foi feita em Fevereiro de 2023 e a ratificação pela Assembleia da República em Março de 2024, o que legaliza a perseguição dos refugiados ruandeses em Moçambique.

Esta perseguição aos refugiados ruandeses em

Moçambique ocorre com o beneplácito do regime de Maputo, liderado por Filipe Nyusi, que coloca Moçambique em contramão dos seus compromissos internacionais, mormente a Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados, de 28 de Julho de 1951, ratificado a 22 de Outubro de 1983, a Convenção da Organização da Unidade Africana e o Protocolo Adicional à Convenção de Genebra sobre o Estatuto do Refugiado, de 31 de Janeiro de 1967, que no seu todo preconizam que *o refugiado, em princípio, goza dos direitos e tem os deveres próprios dos estrangeiros residentes na República de Moçambique, cumprindo-lhe, fundamentalmente, respeitar e observar a legislação em vigor no país, incluindo quaisquer instruções relativas à manutenção da ordem pública e abster-se de quaisquer actividades subversivas contra Estado estrangeiro e que o refugiado beneficiará de quaisquer direitos não aplicáveis aos estrangeiros, em geral, decorrentes da Convenção das Nações Unidas, de 28 de Julho de 1951, do seu Protocolo Adicional, de 31 de Janeiro de 1967, e da Convenção da O.U.A., de 10 de Setembro de 1969, salvaguardadas as reservas formuladas pela República de Moçambique.*



**Em 2019 é aberta a embaixada ruandesa em Maputo, num contexto de perseguição que se manifestou através de raptos e assassinatos de refugiados ruandeses em Moçambique.**



<sup>2</sup> <https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2020/07/Nyusi-abre-portas-para-o-Patrao-Kagame-recolher-seus-opositores-politicos-refugiados-em-Mocambique.pdf>

<sup>3</sup> <https://www.voaportugues.com/a/murder-mozambique/1528399.html>

<sup>4</sup> <https://savana.co.mz/?p=6273>

<sup>5</sup> <https://www.cartamz.com/index.php/politica/item/15791-kagame-devera-comecar-a-extraditar-seus-inimigos-este-ano>



*Construindo uma sociedade democrática que promove, protege e respeita os Direitos Humanos.*

*Building a democratic society that promotes, protects, respect human rights & transform people's lives.*

#### INFORMAÇÃO EDITORIAL:

**Propriedade:** CDD – Centro para Democracia e Direitos Humanos  
**Director:** Prof. Adriano Nuvunga  
**Assistentes do Programa:** Artur Malate; Yara Carina Lamúgio; Stella Bié  
**Autor:** Adriano Nuvunga  
**Layout:** CDD

**Contacto:**  
Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.  
Telefone: +258 21 085 797

 CDD\_moz  
**E-mail:** [info@cddmoz.org](mailto:info@cddmoz.org)  
**Website:** <http://www.cddmoz.org>

#### PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

